



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
Grupo Parlamentar

**Proposta de Lei nº 42/XI/2.ª**  
**Orçamento do Estado para 2011**

**Proposta de alteração**

**CAPÍTULO V**  
**Segurança Social**

**Artigo 64.º**

**Actualização das pensões e outras prestações sociais**

O valor das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência, bem como as demais prestações sociais, é actualizado, para 2011, nos seguintes termos:

- a) As reformas e pensões por velhice e invalidez iguais ou inferiores ao salário mínimo nacional (valor de 2010), são actualizadas em 25 euros;
- b) As reformas e pensões por velhice e invalidez superiores ao salário mínimo nacional e iguais ou inferiores a 2500 euros, são actualizadas em 2%;
- c) As reformas e pensões por velhice e invalidez superiores a 2500 euros são actualizadas em 1,5%;
- d) Sempre que das actualizações previstas nos termos das alíneas b) e c) do presente artigo resultem reformas e pensões inferiores à pensão mais elevada decorrente da aplicação da actualização prevista respectivamente das alíneas a) e b), deverão aquelas ser igualadas a estas.



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
Grupo Parlamentar

e) As prestações sociais em 2%.

Assembleia da República, 11 de Novembro de 2010

Os Deputados

Honório Novo

Bruno Dias

Jorge Machado

**Nota Justificativa:** A aprovação da Lei n.º 53-B/2006, que criou o Indexante dos Apoios Sociais veio fazer depender o aumento das pensões do valor da inflação levando a que, em anos de crise, como o PCP tem vindo a alertar, as pensões não sofram qualquer aumento e milhares de pensionistas vejam o seu rendimento real diminuir. Contrariamente ao que o Governo afirmava, de que a lei garantia aumentos efectivos e que servia para combater o anúncio anual do valor do aumento, este foi obrigado a suspender a aplicação da lei em 2010 e a determinar um aumento das pensões insuficiente face à degradação sucessiva do poder de compra dos pensionistas. Para 2011 o Governo não só congela o valor do IAS como de todas as pensões e prestações sociais, numa altura em que quem menos pode e menos tem, mais necessita. Assim, o PCP apresenta uma proposta que garante o aumento real dos rendimentos, dá um contributo efectivo ao combate à pobreza entre os idosos e garante um aumento efectivo das prestações sociais.